

ATA 317

2 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se
3 a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede
4 na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua vice-presidente Sandra Regina
5 Wichert Cisco. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Sandra Regina W. Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação Municipal de Assistência
7 Social de Ponta Grossa/FASPG); Maira Martins de Hollebem (Secretaria Municipal de
8 Cidadania e Segurança Pública); Rosângela Caldeira Legat (Secretaria Municipal de Indústria,
9 Comércio e Qualificação Profissional); Lígia Cristina Souza França (Secretaria Municipal de
10 Esportes); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação). **Os**
11 **conselheiros titulares não governamentais:** João Eliseu Montes (Entidades de Proteção
12 Social Especial de Alta Complexidade), Regina Rosa Pedrozo Rosa (Trabalhadores da área);
13 Cristiane Aparecida Maier (Entidades de Proteção Social Básica); Antonio Elizeu Martins e
14 Paulo Sainclair Heusi (usuários). **Os conselheiros governamentais suplentes no exercício**
15 **da titularidade:** Tatyana Denise Belo (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta
16 Grossa/FASPG) e Marcos Vinícius Zuber (Secretaria Municipal de Governo). **A conselheira**
17 **não governamental suplente no exercício da titularidade:** Márcia Fidelis (Entidades de
18 Proteção Social Especial de Média Complexidade). A secretária executiva Carla Bühner Salles
19 Rosa. **Justificaram ausência as conselheiras:** Karina Teresinha Muehlbauer, Neumari
20 Perpétua da Cunha, Ines Chuy Lopes, Mônica Mongruel, Reni Eidam e Camila Sviech.
21 **Estiveram presentes:** Assistente Social Priscila F. Pinheiro (Casa do Piá). A reunião contou
22 com a seguinte pauta: 1-Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata 316; 3-
23 Informes; 4- Relato da Comissão de Acompanhamento do FMAS sobre: 4.1- Relatórios de
24 movimentação financeira e orçamentária de maio e junho de 2019; 4.2- Encaminhamentos da
25 Informação Técnica Nº 090/2019 – sobre os serviços à População de Rua cofinanciados pela
26 SEDS. 5- Apreciação e aprovação do parecer da Comissão de Acompanhamento do SUAS
27 sobre: 5.1- Plano Municipal do SUAS 2019 (recursos federais); 5.2- Atualizações do Plano
28 Municipal de Assistência Social – 2018-2021; 5.3- Apreciação do Protocolo dos Serviços de
29 Proteção Social Básica; 5.4- Emenda parlamentar para APACD. 6-Informes da Comissão
30 Organizadora da XII Conferência Municipal de Assistência Social. Após estabelecido o quórum,
31 a vice-presidente Sandra Cisco iniciou a reunião solicitando à conselheira Leni uma oração. A
32 pauta foi colocada em discussão e após a inclusão de assunto sobre o CRAS 31 de Março,
33 conforme solicitado pelo conselheiro Paulo Heusi, foi aprovada. Apreciação da ata nº 316,
34 aprovada sem alterações. Informes: a secretária executiva Carla acusou o recebimento de
35 ofício do Ministério Público que solicita a atualização continuada das informações no site do
36 Conselho, envio de documentação por e-mail para a assistente social Consuelo Lopes e relato
37 da forma que ocorre o repasse de informações aos conselheiros sobre as
38 deliberações/resoluções, repasse de recursos das esferas estadual e federal e como os
39 conselheiros emitem opiniões quanto a destinações desses recursos. Como próximo informe
40 foi apresentado o desligamento do conselheiro Anderson Quintino Martins (representante
41 suplente da Secretaria de Saúde) do quadro de funcionários da Prefeitura e conseqüentemente
42 de conselheiro suplente. Recebimento de ofício do ESPRO informando que a assistente social
43 Tássia Pereira Redkva retornou da licença maternidade e reassumiu suas atividades. Na
44 seqüência, a assistente social Tatiana Haddad explicou o funcionamento do NEP – Núcleo de
45 Educação Permanente do SUAS e apresentou o questionário online que será utilizado na
46 pesquisa com os conselheiros e servidores da rede socioassistencial (governamental e não
47 governamental). Esta pesquisa objetiva traçar o perfil dos conselheiros e as demandas
48 referentes a educação permanente na assistência social. O resultado desta pesquisa subsidiará
49 a construção do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS. O link de acesso ao
50 questionário será encaminhado por e-mail. Foi enfatizada a importância da colaboração de
51 todos em responder o questionário e participar da pesquisa. A assistente social Tatiana
52 comentou sobre o Congresso Paranaense dos Assistentes Sociais que será sediado em Ponta

53 Grossa, em setembro. A conselheira Regina comunicou que dia 15 de setembro haverá uma
54 feijoada beneficente em prol da APADEVI. A conselheira Márcia Fidelis comunicou que a
55 APROAUT está organizando um workshop no dia 24 de agosto com o tema o Processo de
56 Diagnóstico e o Atendimento Especializado do TEA (transtorno do espectro do autismo),
57 durante a semana nacional da pessoa com deficiência. A conselheira Márcia relatou sua
58 inquietação em relação aos encaminhamentos que têm sido realizados para a APROAUT como
59 um centro de diagnóstico do município e atendimento especializado imediato. Informou que os
60 três programas (saúde, educação e assistência) têm lista de espera. O Centro Dia está com 90
61 atendidos, 85 metas e 10 usuários na fila de espera, estão atendendo com critérios, o Ministério
62 Público foi comunicado destes critérios. A conselheira Regina propôs que seja articulada uma
63 “união de forças” para o cumprimento das determinações do Ministério Público, para que
64 ocorram dentro das possibilidades das Entidades. A conselheira Thaís comunicou que o Abrigo
65 para crianças e adolescentes vai mudar nessa semana para nova sede. Após encerrado os
66 informes, a vice-presidente Sandra passou para o item 4 da pauta: Relato da Comissão de
67 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. A conselheira Maira
68 (coordenadora da Comissão) apresentou os relatórios de movimentação financeira de maio e
69 junho, evidenciando os seguintes pontos: recursos recebidos em maio: fonte 833 – IGD do
70 Programa Bolsa Família R\$ 49.903,16; fonte 961 – Piso Paranaense de Assistência Social II
71 (Centro POP), repasse estadual no valor de R\$ 19.500,00; fonte 962 - Piso Paranaense de
72 Assistência Social IV (acolhimento para crianças e adolescentes e jovens até 21 anos), repasse
73 estadual no valor de R\$ 67.500,00; fonte 965 – Piso Paranaense de Assistência Social V
74 (acolhimento institucional para adultos e famílias), repasse estadual no valor de R\$ 15.751,60.
75 Empenhos emitidos em maio: fonte 833, IGD/PBF: R\$ 15.384,70 (material de limpeza e água
76 mineral); fonte 911: Programa Acessuas Trabalho R\$ 9.450,00 (lanche); fonte 920, proteção
77 social básica R\$ 69.967,42 (lanche, manutenção predial, gás); fonte 826, proteção social
78 especial de alta complexidade R\$ 38.933,60 (gêneros alimentícios, lanche, manutenção
79 predial, material de limpeza, higiene e gás); piso de assistência social IV -acolhimento para
80 crianças e adolescentes R\$ 2.652,00 (equipamento de manutenção). Recursos recebidos em
81 junho: fonte 833 – IGD do Programa Bolsa Família R\$ 98.610,61. Empenhos emitidos em junho:
82 fonte 962, piso de assistência social IV -acolhimento para crianças e adolescentes R\$ 5.936,97
83 (secadora de roupas para o abrigo); fonte 826, proteção social especial de alta complexidade
84 R\$15.646,09 (manutenção de veículos e predial); R\$ 41.829,50 (vestuário íntimo e roupa de
85 cama e banho); R\$ 6.848,77 (gêneros alimentícios); R\$ 40.244,85 (material gráfico); R\$
86 11.307,00 (equipamentos e mão de obra de informática); R\$ 87.500,00 empenho para 07
87 meses com pagamento mensal dos alugueis dos imóveis dos CREAS e Centro POP, total de
88 R\$ 203.376,21. Empenhos emitidos na fonte 920, Serviço de Convivência e Fortalecimento de
89 Vínculos: R\$ 7.686,70 (manutenção predial); R\$ 19.999,93 (material gráfico), total desta fonte
90 R\$ 28.190,73. Empenho emitidos na fonte 833 IGD/PBF: R\$ 6.780,09 (manutenção veicular);
91 R\$ 11.997,44 (combustível); R\$ 1.457,52 (eletrodoméstico), total desta fonte R\$ 20.235,05. Na
92 sequência, a conselheira Maira comentou sobre a Informação Técnica Nº 090/2019 da Proteção
93 Social Especial da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social que pontua a
94 necessidade de qualificação dos serviços para pessoas em situação de rua (Centro Pop,
95 Abordagem Social e Acolhimento Institucional) em âmbito municipal, para tanto, apresenta um
96 levantamento dos recursos estaduais disponíveis nos fundos municipais que devem ser
97 utilizados nesta qualificação. A nota técnica sugere que os municípios implementem os
98 serviços, ampliem as equipes técnicas, veículos para atendimentos e espaços físicos.
99 Especificamente em Ponta Grossa, o Centro Pop tem um saldo na conta de R\$ 22.453,00. A
100 abordagem social tem um saldo de R\$ 38.700,00, como este saldo está elevado, o repasse
101 está suspenso. O saldo do serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de
102 Rua é de R\$ 62.032,00, repasse também suspenso por passar de 12 parcelas de saldo. A
103 conselheira Thaís informou que o Centro Pop até o mês de maio estava com pouco mais de
104 dois mil reais na conta, e que no final de maio recebeu o valor de R\$ 19.500,00. O saldo do
105 serviço de abordagem social está alto devido ao cancelamento de alguns empenhos. O saldo
106 do serviço de acolhimento institucional será repassado integralmente para a Associação

107 Ministério Melhor Viver, que deve encaminhar um plano de aplicação e a documentação para
108 os encaminhamentos necessários. O conselheiro João Montes comentou sobre uma emenda
109 parlamentar aprovada pelo CMAS para aquisição de um veículo para o Ministério Melhor Viver,
110 mas que acabou não acontecendo, o Ministério conseguiu uma Kombi da ProVida que agora
111 já não tem mais condições de uso, questionou se o recurso disponível no serviço de abordagem
112 social não pode ser repassado ao Ministério Melhor Viver para aquisição de um veículo para
113 este serviço. A conselheira Maira lembrou que o serviço de abordagem social deve ser
114 executado pelo município. Conselheira Sandra colocou que restam seis meses do termo de
115 colaboração vigente, ao final deste ano haverá um novo edital e não há garantia que o Ministério
116 Melhor Viver continuará executando o serviço de abordagem social, como o recurso é vinculado
117 ao serviço, poderá necessitar devolver o veículo. A conselheira Regina perguntou se os demais
118 serviços da proteção social especial, além da abordagem social, estão com a equipe reduzida.
119 A conselheira Thais esclareceu que faltam psicólogos, cada serviço possui apenas um
120 profissional e se colocou à disposição para passar uma listagem dos funcionários de cada
121 serviço. A conselheira Regina sugeriu que sejam realizadas visitas nos equipamentos públicos,
122 porque a redução nas equipes é uma violação de direitos e ela se preocupa bastante com isso.
123 A conselheira Thais informou que a comissão do concurso já tem um processo de solicitação
124 de novos cargos para a FASPG e, na sequência, o concurso será realizado. Próximo item da
125 pauta: Relato da Comissão de Acompanhamento do SUAS. Primeiramente a vice-presidente
126 Sandra fez um relato do Plano Municipal do SUAS 2019 (recursos federais), na reunião da
127 Comissão foi analisado o plano na íntegra, esclareceu que é apenas um planejamento e não
128 significa que o repasse do recurso se efetive. Primeiro piso constante no Plano: Proteção e
129 Atenção Integral à Família – PAIF (CRAS), meta de 25.000 atendimentos, valor de R\$
130 60.000,00/mês; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, meta de 1500 pessoas,
131 sendo 750 do público prioritário, valor de R\$ 75.000,00/mês; Serviço de Proteção e
132 Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos (CREAS), meta de 260 atendimentos
133 mês, valor de R\$ 26.000,00/mês; Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, meta de 100
134 pessoas, valor de R\$ 20.000,00/mês, Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva, meta
135 de 20 pessoas, valor de R\$10.000,00/mês. Foi lembrado que na plenária anterior foi aprovado
136 a divisão do recurso entre as duas residências inclusivas, por isso que a meta ficou estabelecida
137 em 20 pessoas; Serviço Especializado em Abordagem, 160 metas no valor de R\$ 5.000,00/
138 mês; Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas
139 em LA e PSC (liberdade assistida e prestação de serviço comunitário), 190 metas, valor de R\$
140 28.600,00/mês. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), 100
141 metas, valor de R\$13.000,00/mês. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com
142 Deficiência, Idosas e suas Famílias, (Centro Dia), 346 metas no valor de R\$ 18.096,56/mês.
143 Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (abrigo), 20 metas, valor de R\$
144 15.000,00/mês. BPC na escola, valor por questionário a ser aplicado, teto máximo de 332
145 questionários anuais no valor total de R\$ 13.280,00/ano. ACESSUAS Trabalho, 1500 metas,
146 valor de R\$ 319.124,00/ano. Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família/
147 IGD PBF, valor de R\$ 63.271,04/mês e o IGD SUAS no valor de R\$10.906,59/mês. Esses são
148 os valores previstos, o sistema preenche automaticamente, não havendo possibilidade de
149 aumentar ou diminuir o recurso. O valor total previsto é de R\$ 4.578.871,53/ ano. Deste total,
150 em 2019 foi recebido apenas o valor do IGD/PBF. Recursos próprios da FASPG alocados no
151 Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 19.878.642,34, incluindo os R\$ 17.000.000,00 para
152 pagamento dos termos de colaboração com as Entidades e mais R\$ 2.000.000,00 que são
153 recursos para a manutenção da Fundação. Recursos a serem transferidos pelo Fundo
154 Estadual, R\$ 689.902,34. O total do orçamento no Fundo Municipal de Assistência Social para
155 2019 é de R\$ 25.144.416,19 (município, estado e união). O conselheiro João Montes
156 questionou o número de metas do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, dizendo
157 que é 50, 50 e 12, no total de 112 e não 100 conforme colocado. A conselheira Sandra explicou
158 que pode colocar 112 sem problemas, porém não aumentará o valor. Colocado em aprovação
159 o Plano de Ação do SUAS para 2019 com o seguinte parecer: o Plano de Ação do SUAS do
160 exercício de 2019 garante a transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento

161 federal para a continuidade do desenvolvimento dos serviços socioassistenciais na concepção
162 do direito visando a potencialização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito
163 local. O Plano contém a proposta de investimento municipal e federal nos serviços do Sistema
164 Único de Assistência Social, os quais objetivam afiançar o conjunto de proteções da política de
165 assistência social. O Plano está alinhado às metas e diretrizes estabelecidas no Plano
166 Municipal de Assistência Social. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade conforme
167 **Resolução/CMAS/Nº25/2019**. Na continuidade do relato da Comissão, foram apresentadas as
168 atualizações no Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021. Foi explicado que este Plano
169 foi aprovado no final de 2017, no qual foram colocadas todas as ações do município para os
170 próximos 4 anos, de 2018 a 2021, recentemente, foi recebida uma solicitação do governo do
171 estado para que sejam realizadas algumas atualizações de metas. Foi comentado que a
172 Comissão analisou o Plano inteiro e foi decidido trazer para a plenária um resumo com apenas
173 os itens atualizados, conforme segue: nas diretrizes e ações estratégicas, foi incluído no
174 Programa ACESSUAS: “firmar parcerias com instituições de inclusão produtiva, sala do
175 empreendedor, agência do trabalhador entre outras, para inclusão e mobilização do público da
176 assistência social”. No Programa Bolsa Família: atingir 50% da taxa de acompanhamento das
177 famílias em fase de suspensão do Programa e acrescentada a capacitação continuada sobre
178 os sistemas de acompanhamento familiar das condicionalidades do PBF. Outro item
179 acrescentado foi atingir 60% do cadastramento das famílias com BPC, acrescentando “manter
180 e ampliar mutirões”. Nas Ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
181 -PETI foi inserido a elaboração do diagnóstico municipal sobre trabalho infantil com
182 mapeamento e levantamento das situações de trabalho infantil e a divulgação do tema trabalho
183 infantil através da aquisição de material gráfico; no cronograma foi inserido para 2019 o
184 processo licitatório para aquisição desse contrato. Na meta do Serviço de Acolhimento foi
185 inserido a disponibilização de equipe de apoio e recursos financeiros para viabilizar o
186 reordenamento do serviço de acolhimento, com quatro ações: 1- capacitações periódicas para
187 discussão de aspectos do reordenamento para aprimoramento do trabalho com as Entidades;
188 2- acompanhamento das Entidades de acolhimento por um técnico do órgão gestor; 3- termo
189 de colaboração para financiamento das ações e 4- implantação de comissão especial. No
190 cronograma foi colocado o que as capacitações iniciaram em agosto de 2017, o
191 acompanhamento das Entidades e os termos de colaboração a partir de 2018 e a
192 implementação da comissão especial ficou para 2020. Outra ação é: promover discussões entre
193 os conselhos para definir serviços que são da assistência, saúde e educação. Esta ação foi
194 prevista para 2019, mas não foi possível. A próxima meta é realizar em 100% dos CREAS o
195 acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de
196 substâncias psicoativas, foi colocado parceira com o CAP's para referenciamento das famílias
197 usuárias do serviço e foi ampliado para 2018 a 2021. No quadro 2 foram realizadas alterações
198 de metas adequando 2019/2020/2021 para a realidade atual: na proteção básica para o
199 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram previstas 2200 metas em 2019,
200 alterado para 1650. No Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, em 2020 será
201 diminuído de 125 para 60 metas porque o serviço será dividido entre pessoa idosa e pessoa
202 com deficiência. No Serviço de Abordagem Social de 100 metas foi para 215 em 2019, 220 em
203 2020 e 230 em 2021, atendendo ao que está disposto nos recursos do estado. No Serviço de
204 Abordagem Social executado pelas Entidades, ficou em 100 para 2018 e 2019, diminuindo para
205 50 em 2020 e 2021, porque a ideia é passar esse serviço para o período noturno, diminuindo
206 o número de pessoas e aumentando o valor do per capita. No Serviço de Proteção Especial
207 para Pessoas com Deficiência, Idosa e suas famílias, foi colocado o Centro Dia municipal, o
208 qual não ocorreu e, por isso, foi colocado NI de Não Implantado, sendo previsto 40 metas para
209 2020 e 2021. No item Centro Dia executado pelas Entidades foi alterado o valor para 2020. No
210 Serviço de Abrigo Institucional foi alterada a nomenclatura para Acolhimento Municipal de
211 Adolescentes – AMA e incluída a expansão do recurso estadual. No Serviço de Acolhimento
212 Institucional executado pelas Entidades, foram diminuídas as metas de crianças e adolescentes
213 de 105 para 85 em 2020 e 2021. No Acolhimento para Mulheres Vítimas Corina Portugal foi
214 previsto o aumento no valor dos recursos estaduais. Nas Instituições de Longa Permanência



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

215 para Idosos ocorreu o aumento de 15 metas para 2020/2021, com previsão de aumento do
216 valor. No Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias ocorreu a previsão de aumento de
217 70 para 100 metas em 2020/2021, com aumento de valores. No Serviço de Acolhimento em
218 República foi colocado que em 2019 não foi alcançado, porque ocorreu o fechamento da
219 República do Instituto João XXIII. Na Residência Inclusiva foi colocado o aumento de valor. No
220 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi colocado em 2019/2020 para 15 pessoas,
221 para 2021 foram previstas 30 metas e previsto investimentos do Piso Estadual de Assistência
222 Social IV. No Serviço de Calamidades Públicas e Emergências foi colocado que o serviço não
223 foi realizado em 2018 e 2019, as metas foram reconduzidas para 2020/2021 na alta
224 complexidade. As metas para o Albergue Noturno foram mantidas mas informado que em 2018
225 e 2019 não foi implantado. O conselheiro João Montes questionou a implantação do albergue
226 noturno com 40 metas, porque uma grande parcela dos usuários da Casa de Passagem e
227 Acolhimento vão escolher ficar no Albergue Noturno, dificultando o trabalho de emancipação
228 destes usuários, sugeriu que fique com 20 metas. A conselheira Sandra esclareceu que as
229 metas do Albergue foram discutidas com o CMAS e somente esta instância pode modificar. Se
230 a plenária optar por tirar estas metas, poderá ser feito. A conselheira Regina questionou se o
231 Albergue Noturno será executado pelo município. A conselheira Sandra esclareceu que será
232 por chamamento público. A conselheira Thais relatou que nas noites frias foi colocado a
233 disposição dos moradores de rua o espaço da Arena, mas ocorreram alguns problemas. O
234 conselheiro João disse que muitas vezes as pessoas preferem ficar na rua e dessa forma não
235 serão emancipados nunca, que o serviço de albergue causa uma acomodação, considera um
236 serviço para as pessoas em trânsito. Os conselheiros comentaram que a Casa da Acolhida é
237 para pessoas em trânsito. A conselheira Sandra lembrou que o Albergue Noturno é serviço
238 não tipificado, foi regulamentado aqui, nesse Conselho, mas não tipificado e sugeriu colocar
239 em votação a manutenção do Albergue no plano municipal de assistência social. Os
240 conselheiros colocaram que para tomar uma decisão, necessitam de mais embasamento e
241 estudo. A conselheira Sandra esclareceu que a manutenção do Albergue no plano não obriga
242 a execução, porque é um planejamento, contudo, se retirar do plano não abre possibilidade de
243 execução, caso haja necessidade. Colocado em votação e a maioria decidiu manter as 40
244 metas para o Albergue Noturno. No serviço de acolhimento em abrigo institucional para
245 pessoas com deficiência, acima de 18 anos, eram 23 metas em 2018/2019 e para 2020/2021
246 ficarão 21 metas, são metas do Lar Guilherme Cavina, foi pactuado neste Conselho que
247 conforme os acolhidos fossem deixando o Lar não haveria mais acolhimentos. No serviço de
248 acolhimento institucional para indivíduos e famílias/Casa de Passagem para Famílias havia
249 previsão de implantação, não foi implantado em 2018 e 2019, contudo, foram mantidas as
250 metas para 2020/2021. Uma nova meta implantada foi a Casa de Passagem indígena. Nos
251 Programas e Projetos, o Bolsa Família, Família Paranaense, Leite das Crianças, ACESSUAS
252 e BPC sofreram apenas atualização de metas. O Benefício Eventual de transporte
253 intermunicipal está previsto para implantação, foi colocado 1500 metas. A conselheira Thais
254 informou que já foi solicitado a criação de um elemento de despesa específico para locomoção
255 na fonte 0 nos benefícios eventuais, já está para aprovação no Legislativo. Encerradas as
256 alterações no Plano Municipal, foi colocado para aprovação. Aprovado por unanimidade
257 conforme **Resolução/CMAS/Nº26/2019**. O próximo assunto discutido na Comissão foi o
258 Protocolo dos Serviços de Proteção Social Básica. A secretária Carla lembrou que foi enviado
259 por e-mail para que os conselheiros fizessem a leitura e indagou se há alguma sugestão de
260 alteração, lembrou que o documento ficou aberto para consulta pública por um mês. Ficou
261 decidido que os conselheiros farão a leitura e poderão apontar alterações, no prazo de uma
262 semana se não houver indicações de alterações, fica como está. O próximo item a ser discutido
263 é a avaliação de uma emenda parlamentar para a Associação Pontagrossense de Assistência
264 à Criança Deficiente/APACD. A vice-presidente Sandra comunicou que o plano da Entidade
265 não foi enviado e há duas questões delicadas a serem discutidas: primeiro este assunto não foi
266 avaliado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos e estão ocorrendo
267 problemas na prestação de contas da Entidade. A conselheira Thais colocou que no ano
268 passado ocorreu a Deliberação/Nº012 do CEAS que é específica para aquisição de um veículo

269 de 10 lugares para crianças e adolescentes com deficiência e, na época, ficou pactuado neste
270 Conselho que seria para a APACD. A conselheira Sandra disse que seria possível conversar
271 com o Deputado para verificar a possibilidade de indicar outra Entidade, porque ficará três
272 emendas para a mesma. A conselheira Maira comentou que, primeiramente, tem que resolver
273 os problemas de irregularidades nas prestações de contas para que o Conselho não tenha
274 problemas futuros. A conselheira Sandra disse que faz parte da comissão de avaliação das
275 prestações de contas e a Entidade já foi notificada sobre as diversas irregularidades, com
276 possibilidade de devolução de recursos e acha muito complicado o CMAS aprovar mais um
277 repasse de recursos, a intenção não é prejudicar a Entidade, mas o CMAS tem que agir com
278 responsabilidade. Ressaltou que a APACD melhorou muito a atividade de Centro Dia, o
279 problema não é a execução do serviço, é prestação de contas. No próximo item da pauta foram
280 repassados informes da Comissão Organizadora da XII Conferência. A secretária Carla
281 comunicou que a convocação foi enviada por e-mail para toda a rede socioassistencial. Os
282 folders e cartazes já foram entregues e estão à disposição dos conselheiros. A Conferência
283 será dia 07 de agosto a partir das 08:00 h no Salão da Paróquia Imaculada Conceição. Foi
284 ressaltado que para a Conferência Estadual tem apenas uma vaga para o segmento Entidades.
285 As inscrições estão disponíveis no site, foi solicitado que os conselheiros façam suas inscrições.
286 São 180 vagas para delegados e 20 para observadores, sendo 60 vagas para usuários, 60
287 vagas governamentais e 60 vagas para não governamentais, divididas em conselheiros,
288 entidades e trabalhadores do SUAS. Chamado o último item da pauta, conforme inclusão do
289 conselheiro Paulo Heusi. O conselheiro relatou ser vizinho do CRAS 31 de Março e recebeu
290 uma reclamação do atendimento do CRAS. Colocou que existe uma ordem da coordenação
291 para todos os CRAS, referente a distribuição de senhas para o Cadastro Único, segunda e
292 quarta-feira tem distribuição de 10 senhas, a partir das 08:00h e não concorda com esta
293 determinação. Relatou que a servidora responsável por este serviço no CRAS 31 de Março, na
294 parte da manhã, está em férias e a partir das 7:30h já tem fila esperando a servidora que chega
295 às 11:00h, comentou que o agendamento até setembro está completo. Apontou algumas
296 inquietações em relação ao CRAS – Jd. Paraíso e solicitou providências. A conselheira Tatyana
297 (diretora do Departamento de Proteção Social Básica) colocou que houve a necessidade de
298 padronização do atendimento dos CRAS, visto que cada equipamento estipulava sua rotina, é
299 importante que a rede se organize e que todos sejam atendidos da mesma forma, em todos os
300 CRAS. De segunda a quarta-feira demanda espontânea do Cadúnico, quinta-feira sob
301 agendamento e sexta-feira para planejamento e elaboração de relatório, isso é em todos os
302 CRAS. A demanda do Cadúnico está enorme, há um déficit de funcionários da FASPG e de
303 todo o setor público. O trabalho é realizado conforme a demanda, os CRAS 31 de Março e
304 Paraíso são os que mais tem demanda para Cadúnico, por isso, tem sido dispensada uma
305 atenção especial com mutirões naquela região para poder dar o atendimento necessário, mas,
306 infelizmente, a demanda é muito maior do que o serviço consegue atender. O conselheiro
307 Paulo questionou o projeto do empreendedor individual – MEI, e não haver expediente na
308 sexta-feira. A conselheira Tatyana explicou que tem expediente, mas há muitos relatórios para
309 fazer e o conselheiro Paulo tem conhecimento disso, pois tem uma filha que trabalha no CRAS.
310 Essa questão da sala do empreendedor é um projeto que não vai impactar tanto porque os
311 CRAS já faziam essa orientação, somente foi oficializado, todos os CRAS tem o programa
312 ACESSUAS que vincula essa questão da inclusão produtiva, é apenas uma orientação a mais
313 que o CRAS vai dar, já faziam este trabalho, já tinham essa articulação com a agência do
314 trabalhador, inclusive com parceria. Esgotados os assuntos da pauta, a vice-presidente Sandra
315 Cisco encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita pela Agente
316 Social Maria Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa,
317 após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

318 Carla Bühner Salles Rosa _____

319 RG 3.316.839- 0 CPF 445205739- 04

320 Sandra Regina Wichert _____

321 RG: 4.577.485-6 CPF: 726.394.589-49



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

- 322 Thais do Prado Dias Verillo _____
323 RG: 6926725 4 CPF:042 454 089 44
324 Ligia Cristina Souza França _____
325 RG: 4835463-7 CPF: 700847859-34
326 Leni Aparecida Viana da Rocha _____
327 RG: 1.903.712-6 CPF: 319.665.009-04
328 Tatyana Denise Belo _____
329 RG: CPF:
330 João Eliseu Montes _____
331 RG: 3.330.211-8 CPF: 465.393.449-53
332 Marcos Vinícius Zuber _____
333 RG: 5.108.882-4 CPF: 713 408 239-34
334 Antonio Elizeu Martins _____
335 RG: 44832577 CPF: 638 684 669-91
336 Paulo Saincler Heusi _____
337 RG: 5499097 CPF: 014.259.609-44
338 Maira Martins de Hollebem _____
339 RG: 62163852 CPF:032 981 869 45
340 Rosangela Caldeira Legat _____
341 RG: CPF:
342 Cristiane Aparecida Maier _____
343 RG: 94431760 CPF: 006.194.239-19
344 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____
345 RG: 4.291.507-6 CPF: 801.358.209-44
346 Marcia Fidelis _____
347 RG: 35218165 CPF: 473.586.379-68
348
349